

Crise e Conservadorismo no Brasil

Gustavo Moura de Cavalcanti Mello

É fato que, fiéis à fórmula goebbelsniana de transmutar mentiras flagrantes em verdades absolutas, os grandes meios de comunicação, numa tabela bem ensaiada com “especialistas” de “notório saber”, praticam um implacável *terrorismo econômico* (PAULANI, 2014), buscando operar o milagre das “profecias autorrealizáveis”, com o suposto objetivo de resgatar a “credibilidade” perdida da economia brasileira. Assim como ocorreu às vésperas da primeira eleição de Lula, pululam os clamores por “austeridade”, tendo como pano de fundo a grita anticorrupção, como sempre rasa, cínica e moralista¹. Há quem se surpreenda com a jactância das Mirians Leitão e dos Arnaldos Jabor da vida, ao incansável e cotidianamente invocar os cânones do Consenso de Washington, que muitos haviam declarado obsoleto. De modo mais ou menos explícito, entoa-se assim a repisada cantilena - afronta às políticas sociais de cunho universal, crescente incongruência entre ganhos de produtividade e remuneração dos trabalhadores (repressão salarial), precarização do emprego, estabilização monetária, elevação de juros, entrega de ativos estatais a preços vis, e assim por diante -, e pouco se faz para dissimular os reais interesses em jogo: os do grande capital, em particular as frações que se refestelam nos mercados financeiros.

Não obstante, é inegável que o país enfrenta uma crise econômica, com a diminuição do investimento estatal e privado, com taxas de crescimento pífiyas, com a deterioração da balança comercial e da balança de pagamentos etc. Da mesma forma, as maciças manifestações de rua, os descaminhos do governo, as contendas e rearranjos parlamentares e político-partidários tornam igualmente notório que existe uma crise política.

Cabe compreender a emergência e as principais determinações dessa multifacetada crise, que há tempos se anuncia, e aqui iremos nos concentrar em alguns de seus aspectos mais propriamente econômicos. Grosso modo, na atual fase de desenvolvimento capitalista, o Brasil assumiu o papel de campo privilegiado de aferição de ganhos financeiros imediatos. Trata-se de nova atualização de sua posição subalterna no mercado mundial, assim como outrora havia sido o desenvolvimentismo e o programa de substituição de importações. E aqui se impõe uma breve contextualização.

Em uma palavra, nas últimas décadas do século XX, o ímpeto desmedido de autovalorização do capital conduziu à liberalização do comércio e dos fluxos de capitais, incluindo a destruição dos mecanismos de “repressão financeira” típicos do Sistema de

¹ Não se trata de uma exclusividade brasileira, já que, sobretudo na esteira da “crise grega”, o receituário neoliberal ganhou força em diversos países, após um período de considerável descrença decorrente das inúmeras catástrofes econômicas e sociais que ele engendrou.

Bretton Woods. Houve profundas transformações nos fluxos e objetivos dos investimentos externos diretos, no padrão de mobilidade do capital, na divisão internacional do trabalho e nos fluxos de comércio internacional. Nesse contexto, catapultou-se a centralização de capitais – e a concorrência entre as grandes corporações transnacionais –, reforçada pela profusão de operações de fusão e aquisição (bastante influenciada pela busca de ganhos especulativos, resultantes do ascenso dos preços das ações, de operações de alavancagem, e de todo tipo de operações com títulos financeiros). Por outro lado, difundiu-se a “terceirização” das funções e das etapas produtivas que não constituem o cerne da atuação da grande corporação, cada vez mais concentrada em atividades relativas à produção de tecnologia, à criação de novos produtos, ao fortalecimento das marcas, à defesa da propriedade intelectual, ao controle das decisões de investimento e das operações financeiras, e que tais.

Esse desenvolvimento teve como pano de fundo decisivas transformações técnicas e tecnológicas no interior do processo produtivo – incluindo os setores de transporte e comunicação –, sobretudo relativas à informatização e à automação; ao mesmo tempo em que elas aumentam brutalmente a produtividade do trabalho, e ensejam uma mais ampla dispersão geográfica da produção, intensificando e estendendo o processo de proletarização para os quatro cantos do mundo, tendem a tornar relativamente redundante o emprego da força de trabalho no processo produtivo, e a desqualificar o grosso da mão de obra².

Reforça-se assim a velha tendência ao aumento da composição orgânica do capital e ao declínio da taxa de lucro, o que, associado ao referido impulso expansivo e “liberalizante” do capital também desencadeou na segunda metade do século passado uma “fuga para frente” em favor da dimensão financeira da acumulação; assim, os mercados financeiros, em particular os secundários, lograram enormes desenvolvimentos. Esse processo foi tão avassalador, que conformou uma dinâmica de acumulação eminentemente rentista, ancorada, como dissemos alhures (MELLO, 2015), “progressivamente em uma promessa *espetacular* de extração futura de mais-valia, perfazendo um círculo vicioso: a acumulação efetiva não cessa de claudicar, e a virtualidade do colapso é temporariamente afastada por manobras mais ou menos sofisticadas – inovações financeiras, ‘reestruturações produtivas’, programas estatais de incentivos e de ‘salvamentos’, obras megalomaníacas, jogadas midiáticas etc. –, que, não obstante, apenas adiam e magnificam as catástrofes econômicas”. Nesse contexto, de desempenho econômico medíocre, e em que se acirra a concorrência empresarial em escala

² Diga-se de passagem, essa afirmação do poder do capital manifestou-se também em constrição de salários; em precarização do trabalho, incluindo o reforço de mecanismos de extração de mais-valia absoluta e a difusão de regimes de trabalho degradantes; em reconstituição do exército industrial de reserva, entre outros.

global, o capital se faz mais sensível às especificidades locais e regionais, e a despeito das ideologias pró-mercado, o papel do Estado-nacional se magnifica: vê-se uma escalada do *capitalismo de Estado* em todo o mundo³, para nos valermos de uma designação consagrada, porém capciosa.

Assim como ocorreu em diversos países periféricos, buscando amearhar migalhas caídas da mesa das grandes corporações transnacionais, avassalados pela ideologia neoliberal, premidos pela “crise da dívida” e pela necessidade de atrair capital volátil para equacionar minimamente suas contas e melhorar a aparência da economia, importantes setores das elites política e econômica brasileiras adotaram as diretrizes das nada parciais instituições “multilaterais”. Entre outros, abertura econômica, privatizações fraudulentas e operações de fusão e aquisição fortemente subsidiadas pelo Estado, controle inflacionário, juros extratoféricos, polpudos “superávits primários” e mobilização de inauditos montantes monetários para o pagamento e rolagem das dívidas, sobrevalorização cambial, tudo isso fez do Brasil um paraíso dos especuladores. Entre o início dos anos 1990 e o início dos anos 2000, houve aqui uma expressiva regressão econômica e social, e a despeito de ter consolidado ao longo de décadas um parque industrial relativamente desenvolvido, em grande medida o país se viu alijado das chamadas “cadeias produtivas de valor”, sem se afirmar como importante plataforma de execução de etapas mais ou menos sofisticadas da atividade industrial, e muito menos como lócus de produção de tecnologia de ponta e de marcas, atividades que ensejam a apropriação da maior fatia da mais-valia extraída em escala mundial. Ao contrário, salvo exceções, como parcelas do agronegócio e da indústria extrativista, houve degeneração da produção industrial.

Em meados dos anos 2000, sob uma conjuntura econômica internacional favorável, com liquidez abundante e com a elevação do preço de *commodities* fartamente produzidas no Brasil, alguns elementos do aludido quadro de regressão social foram refreados, com uma política de elevação do salário mínimo e do emprego formal (de baixa e baixíssima remuneração); com a ampliação de políticas focalizadas; com a redução da concentração de renda etc. A melhora econômica geral, estatal e privada, estimulou o desenvolvimento do mercado de crédito, com destaque para a fatia voltada a camadas pauperizadas da população, e, sobretudo na sequência da mais recente crise econômica mundial, permitiu o reforço do intervencionismo estatal no setor industrial, com o foco mais voltado para as empresas domésticas. Assim, em determinados ramos da produção ampliou-se o crédito, os subsídios,

³ De fato, pouco se pode compreender sobre o capitalismo limitando a análise às realidades domésticas; não obstante, é igualmente notório que aumentou a dependência das grandes corporações transnacionais em relação às políticas públicas, o que em parte explica o incremento da privatização dos espaços estatais de decisão.

as isenções de impostos, as desonerações, tudo isso de modo errático e algo improvisado, respondendo às pressões setoriais. Não é à toa que boa parte desses recursos não reverteu em investimentos produtivos, muito pelo contrário⁴. O que se viu, a exemplo do ocorrido em países capitalistas centrais, foi uma economia movida, sobretudo pelo consumo a crédito.

Diante de uma dinâmica econômica tão precária, em que a esbórnica financeira não encontra a adequada contrapartida em processos de valorização “real”, a crise permanecia sempre à espreita, como de resto não surpreende a um observador escolado em Marx, que leva a sério o caráter essencialmente contraditório do capital.

No que tange à sua dimensão mais propriamente política, também cabe realizar breves considerações. Sob a mais recente ditadura civil-militar, miríades de experiências organizativas no interior do sindicalismo e dos movimentos sociais convergiram, conformando o chamado “campo democrático-popular”. Em meio a grandes vicissitudes, e como resultado de ações repressivas associadas a processos de institucionalização e de integração dessas forças ao mercado e ao Estado, sobretudo por meio de sua submissão ao jogo eleitoral, em grande medida a vitória (de Pirro) do projeto democrático-popular nas eleições federais de 2002 resultou em sua virtual destruição como força política capaz de interferir na conjuntura e de sustentar um programa político alternativo ao atual ascenso conservador.

Isso igualmente não pode nos causar espanto. Como se sabe, o capital só pode existir em seu movimento de reprodução ampliada, que inclui a permanente revolução dos meios de produção, no bojo do processo de extração de mais-valia relativa; a extensão geográfica do seu campo de exploração, bem como a produção e reprodução do espaço; e a crescente subordinação das mais diversas esferas da vida social ao processo de acumulação de capital. Trata-se de uma forma social totalitária, que se reproduz não apenas por meio da subsunção formal e real do trabalho ao capital – bem como de formas sociais pretéritas -, mas também subjulgando e plasmando à sua imagem e semelhança as formas e os processos sociais antagônicos que emergem de seu âmago contraditório. Logo, em diversos momentos críticos o capital necessita assimilar ao Estado e mobilizar determinadas parcelas da “esquerda”, convertendo-as em uma casta de gestores, capazes de conter os ânimos revolucionários por

⁴ É emblemático o caso do setor usineiro, conhecidamente retrógrado e caracterizado por formas brutais de exploração do trabalho e por seu caráter rentista e dependente do Estado, com o que acumula dívidas e mais dívidas que nunca são pagas. Como constatam Pitta e Mendonça (2014), em 2011, por exemplo, os usineiros perderam cerca de R\$ 4 bilhões nos mercados secundários, em que apostavam na valorização do real, revertida sob os efeitos da crise econômica mundial. Como prêmio, receberam do Estado os mesmos R\$ 4 bilhões, em janeiro de 2012, para renovar as lavouras de cana-de-açúcar (p.47). Diga-se de passagem, entre 2003 e 2014 os créditos subsidiados ao agronegócio, bastante custosos ao Tesouro Nacional, elevaram-se de R\$ 27 bilhões a R\$ 136 bilhões, e uma importante parcela deles foi embolsada pelos usineiros.

meio de sua capilaridade e de seu conhecimento “interno” sobre a classe trabalhadora. Como também constatara Marx (1996), o capitalismo “sem peias” conduz às mais perversas fraudes (p.362-6)⁵, e se pauta pela velha consigna: “depois de mim, o dilúvio”.

A corrupção, o vale-tudo eleitoral, o arrivismo desenfreado, a superexploração do trabalho, o Estado Máximo pró-mercado são portanto expressões previsíveis da “liberdade do capital”. Esse processo, em grande medida mundial, é potenciado pelas especificidades das elites brasileiras, particularmente sanguinárias e arrivistas, responsáveis por incontáveis e inefáveis massacres contra os “de baixo”. Essa tradicional violência se exprime atualmente na militarização da sociedade, no encarceramento em massa, no extermínio cotidiano da juventude negra e pobre, e assim por diante.

Em suma, a atual crise brasileira é manifestação de tendências sociais mais do que consolidadas; o que é aterrador é que não parece existir hoje nenhuma força política a lhe fazer real antagonismo. Poder-se-ia contestar: existem diversas e mais ou menos expressivas mobilizações de rua que se afirmam contrárias às invectivas reacionárias; multiplicam-se as greves e outras expressões de luta dos trabalhadores; intensificam-se os esforços de articulação entre organizações de esquerda etc. Entretanto, impõe-se superar a consideração estrita dos seus conteúdos, e também a avaliação meramente numérica das manifestações e dos manifestantes. O capital exige a mobilização cada vez mais total de seus suportes humanos, porém sempre heterodeterminada e em grande medida inconsciente; no modo de se conceber, organizar e efetivar as lutas tende-se a prestar reverência a essa coisificação - e à “psicologia de massas” -, mas também existe um potencial de se romper com essa lógica. Em geral, mesmo no campo das “esquerdas” as lutas atuais parecem bastante pobres e engessadas, expressão de organizações autoritárias, burocráticas e intimamente comprometidas com reprodução do atual estado de coisas. Não é fortuito que existam perigosas similitudes entre as manifestações dos “coxinhas” e a da “esquerda”: bandeiras comuns (“contra a corrupção”; “reforma política” etc.); manifestantes pagos; “dirigentes” cercados por seguranças; intolerância e brutal agressão contra opositores; farta afirmação da idiotia nacionalista; reprodução de *scripts* mais do que batidos; convocação estritamente virtual; ausência de autogestão da luta, tendo como reverso da moeda a sua espetacularização; redução da imensa maioria dos participantes a uma massa amorfa etc.

Junto à sanha vampiresca do capital e à incessante frustração de suas promessas de plenitude por meio da competição e do consumo, essa regressão política ajuda a explicar o

⁵ Trata-se aqui da análise da adulteração dos pães, inserida num quadro mais vasto de exploração e de aviltamento da condição dos trabalhadores até a eliminação física de gerações inteiras, por exaustão e desnutrição, no arqui-conhecido capítulo sobre a “jornada de trabalho”, no primeiro volume de *O Capital*.

acirramento do caráter totalitário, regressivo, e bárbaro da dinâmica da acumulação, e as feições específicas que ele têm assumido atualmente no Brasil, incluindo as crescentes manifestações de ódio e de intolerância por meios reais e virtuais; os ataques e os assassinatos de homossexuais; os linchamentos de contraventores por uma população que clama por “segurança”; os incontáveis episódios de violência doméstica, de estupros e de assassinatos de mulheres; os exercícios militares e os ataques contra terreiros de umbanda por fanáticos evangélicos; entre tantos outros fenômenos que têm inquietado a todos que não se deixaram levar por essa fatídica onda de características fascistas.

Logo, o que parece distintivo do contexto atual é que o ascenso conservador não decorre de uma reação ao avanço de forças de cunho emancipador e do combate à exploração e às múltiplas formas de opressão características das formações sociais capitalistas. Ao contrário, dá-se justamente no momento de profunda desagregação de tais forças, que historicamente resulta de uma combinação de massacres sistemáticos com o êxito de programas políticos de cunho reformista ou pseudo-reformista. Diante da convergência inconsciente de importantes parcelas da população e de um sem-número de instituições e de organizações na trilha do fascismo, resta ainda mais patente que as eventuais forças antagônicas só assumirão o demandado caráter revolucionário ao se libertar das amarras do culto à personalidade, do patrimonialismo, do centralismo, e da burocratização que se ergueram como uma segunda natureza para relevante parcela da “esquerda” brasileira. Existem indícios da emergência de lutas sociais e de organizações políticas que se pautam pela crítica ao conservadorismo que grassa no interior da “esquerda”, porém ainda de modo bastante fragmentado e incipiente.

Enfim, ao menos à primeira vista, a crise conforma um quadro muito mais simples, porém muito mais sombrio e decisivo do que aquele que se convencionou pintar, quando se reduz a análise ao “Fla X Flu” eleitoral e as posições “pró” e “antigoverno”.

Referências bibliográficas

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, tomo II. São Paulo: Victor Civita, 1996. (*Os Economistas*).

MELLO, G.M.C. A “Questão Agrária” e a “Assimilação” de Movimentos Sociais Rurais ao Estado, 2015. (A ser publicado na *Revista Outubro*).

PAULANI, L.M. O terrorismo econômico dos mercados, 2014. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Terrorismo-economico/7/32034>.

PITTA, F.; MENDONÇA, M.L. O capital financeiro e a especulação com terras no Brasil. *Mural Internacional*, vol.5, n.1, 2014.